

**DISCURSO E TERRITORIALIDADE NA COLONIZAÇÃO DA AMAZÔNIA
BRASILEIRA: O CASO DO JORNAL *O SINOPEANO* (1980-1981)**

DISCOURSE AND TERRITORIALITY IN THE COLONIZATION OF THE
BRAZILIAN AMAZON: THE CASE OF *O SINOPEANO* NEWSPAPER (1980-1981)

Leandro José do Nascimento ¹

Faculdade de Tecnologia de Sinop

Fernando Zolin-vesz ²

Universidade Federal de Mato Grosso

Resumo: Este estudo de base interpretativa investiga como o discurso jornalístico do periódico *O Sinopeano* constrói a territorialidade acerca da Gleba Celeste, um empreendimento privado de colonização criado pela Colonizadora SINOP no Estado de Mato Grosso ainda na década de 1970, coincidindo com o período áureo de colonização da Amazônia. Para tal, observa-se um conjunto de reportagens veiculadas entre os anos de 1980 e 1981 no jornal empresarial criado e produzido pela empresa particular dona da Gleba Celeste. A interpretação fundamenta-se nas noções de territorialidade, de Haesbert (2004a, 2004b, 2007, 2013, 2014), e de discurso, de Foucault (2008), e aponta para a construção de territorialidade(s) que funda(m) rede(s) de significações sobre o projeto particular e confere(m) sentidos a ele de modo que, no jogo de (re)atualizações, um ou mais dizeres criam consciência sobre o local, o espaço e o tempo, de se sentir parte, de se integrar a ele.

Palavras-chave: Discurso, Territorialidade; Jornal *O Sinopeano*; Amazônia; Gleba Celeste.

Abstract: This interpretative-based study investigates how the journalistic discourse of *O Sinopeano* newspaper builds territoriality around the Gleba Celeste, a private colonization enterprise created by Colonizadora SINOP in the state of Mato Grosso in the 1970s, coinciding with the golden period of colonization in the Amazon, verified from the same decade. Therefore, it is analyzed a set of reports published between 1980 and 1981 in the business newspaper created and produced by the private company that owns Gleba Celeste. The corpus of work results from documents collected from the colonizer's collection. The interpretation is based on the notions of territoriality, by Haesbert (2004a, 2004b, 2007, 2013, 2014), and discourse, by Foucault (2008), and points to the construction of territoriality(ies) that builds a network(s) of meanings on the particular project and confers meanings to it in such a way that in the game (re)actualizations, one or more sayings create awareness about the place, space and time, of feeling part, of integrating with it.

¹ Doutor em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Professor no Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Tecnologia de Sinop (Faculdade FASTECH), em Mato Grosso. E-mail: leandro.nascimentomt@gmail.com.

² Doutor em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Professor da área de Língua Portuguesa e Linguística no Departamento de Letras da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: fernando_vesz@hotmail.com.

Keywords: Discourse; Territoriality; *O Sinopeano* newspaper; Amazon; Gleba Celeste.

Submetido em 12 de setembro de 2024.

Aprovado em 10 de outubro de 2024.

Introdução

Discutir questões como território e territorialidade tem sido objeto de interesse de diversas áreas do conhecimento. Cada qual a sua maneira procura explicitar as aproximações e convergências dessas duas noções em meio a diferentes objetos de investigação. Nos estudos da linguagem, a mesma relevância pode residir, propondo um movimento de identificar como a rede de sentidos de um ou mais discursos também funda a territorialidade. Partindo-se do pressuposto de ser a territorialidade edificada por meio de relações de identidade e afetividade, conferindo sentido a um ou mais lugares que serão sempre ressignificados, neste estudo retorna-se ao contexto da colonização e ocupação da Amazônia brasileira nos idos da década de 1970 para entender tal fenômeno. O discurso do jornal empresarial *O Sinopeano* é o ponto de partida, pois, sobre si, estão materializadas as práticas discursivas e memórias que remontam ao episódio de fundação do projeto Gleba Celeste ocorrido na região Norte do Estado de Mato Grosso. Na perspectiva ora discutida, o jornal empresarial *O Sinopeano*, portanto, figura como a única estratégia discursiva escolhida para se observar a construção de territorialidade no discurso de colonização da Amazônia brasileira, não sendo realizada uma comparação com outros jornais veiculados no igual período, uma vez que está diante de um instrumento de divulgação jornalística criado exclusivamente em âmbito da Gleba Celeste, para apoiar nas ações de divulgação desse espaço, bem como a captação e atração de migrantes para a localidade ainda nos idos da década de 1970. A escolha por tal fonte de informação resulta de sua relevância e propriamente função face ao episódio da colonização da Amazônia Norte-mato-grossense, portando-se como um instrumento a serviço da colonização. Criado e produzido pela empresa Colonizadora SINOP, o folhetim empresarial compreendia o único e principal instrumento para a produção e circulação de notícias sobre a Gleba Celeste em âmbito local e para fora dela, ou seja, gestado com o objetivo propriamente de divulgar as ações realizadas no projeto de

colonização para o público interno e externo, sendo esse último aquele contingente ao qual tal propaganda se destinava, com vistas à atração do migrante. Sua circulação está datada entre os anos de 1979 e 1985. Apesar de não estar inserido ao escopo de uma publicação jornalística pertencente ao campo da imprensa local, visto que a atividade de imprensa na Gleba Celeste surgiu após *O Sinopeano*, o jornal empresarial era produzido no Estado do Paraná pela empresa dona da Gleba Celeste para falar sobre a colonização na área de Mato Grosso.

A Gleba Celeste compreende a iniciativa desenvolvida pela Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (Colonizadora SINOP), no interior de Mato Grosso, ainda nos anos de 1970, período em que se observou uma política mais intensa de colonização da Amazônia brasileira respaldada na doutrina da segurança nacional, com o objetivo de criar novos polos econômicos e agropecuários e que mais tarde se transformariam em núcleos urbanos, projetos de cidades, estimulando assim o movimento migratório no interior do país. Nesse sentido, como observam Cardoso e Müller (2008, p. 112), a colonização associou-se à “um esforço consciente, não apenas para ocupar os vazios amazônicos e valorizar as terras, mas como uma alternativa para a ‘pressão’ demográfica em certas áreas do país”.

Na área com mais de 600 mil hectares de extensão e sob influência da rodovia federal BR-163 foram fundadas quatro cidades: Vera em 1972, Sinop Santa Carmem em 1974, e Cláudia, em 1978. Por sua localização estratégica, sendo a única cujo centro urbano projetado da Gleba Celeste foi cortado pela estrada federal, “Sinop adquiriu a primazia entre os núcleos urbanos, passando a concentrar as atividades comerciais, industriais e de serviços, e, por suas funções, a comandar a vida de relações dentro da área” (TEIXEIRA, 2006, p. 45). Questões como sentimento de pertença, de realização, de significar aquele espaço como coletivo e marcado pela cooperação empresa e sujeito migrante logo passam a figurar no centro do discurso de atração do migrante à Gleba Celeste, resultando em uma rede de sentidos com a qual se possa identificar e atualizá-la.

É nessa perspectiva que ao ler um jornal como *O Sinopeano*, produzido pela empresa de colonização com a finalidade de divulgar a recém-criada área com vistas a novos investimentos, divulgando-a comercialmente para a busca de migrantes, o leitor, especialmente aquele que se pretendia atrair para Mato Grosso ou mesmo o já residente que naquela Gleba deveria permanecer, depara-se com um espaço que sabe existir, produz

sentidos e significa. É nesse último ponto que se encontra o cerne desta pesquisa. Importante frisar que o jornal *O Sinopeano* não compreende um trabalho da atividade de imprensa, mas, conforme Nascimento (2018, p. 107), uma “comunicação encomendada e gerida pela empresa privada que fundou Sinop, isto é, tratava-se de um jornal-empresa, uma noção abarcada pelo conceito de *House Organ*”. Como acrescentam ainda Nascimento e Zolin-Vesz (2021, p. 87), *O Sinopeano* compreende um objeto de registro de uma história, “não a cronológica, mas aquela já afetada pelo ideológico, pela ideologia desenvolvimentista, pelas imagens do progresso e poderio econômico da região, do projeto Gleba Celeste”.

1. *O Sinopeano* no registro discursivo da colonização

O surgimento do jornal empresarial *O Sinopeano* com a finalidade de divulgar o projeto da Gleba Celeste e as cidades nela criadas está intimamente ligado ao contexto da ocupação da Amazônia brasileira, mais precisamente os idos de 1970, quando o movimento colonizatório intensificou-se a partir da presença da iniciativa privada nas ações de abertura e fundação de projetos de colonização. Nascimento e Zolin-Vesz (2021, p. 85) descrevem o papel de *O Sinopeano* como um instrumento a serviço da colonização, uma vez que em suas páginas predominavam conteúdos que retratavam o potencial de uma região, de seu povo, “em uma linha editorial preocupada em divulgar os projetos políticos pela ótica da bravura, do progresso e do bandeirantismo”. Com circulação entre 1979 e 1985, *O Sinopeano* assumiu, ainda segundo os autores, a “missão de tornar conhecidas as ações realizadas dentro da área de ocupação e o que naquele projeto se realizava com vistas à atração do migrante e os investimentos econômicos realizados” (NASCIMENTO; ZOLIN-VESZ, 2021, p. 92). A própria condição de produção dessa publicação ajuda a compreender o porquê de a linha editorial contemplar notícias que retratassem o dia a dia do desbravamento da Amazônia brasileira na região norte de Mato Grosso, onde estava a Gleba Celeste. O acontecimento da colonização e a instituição de projetos de ocupação das áreas pouco ou nada exploradas economicamente “passaram a figurar como elementos centrais em práticas discursivas idealizadas por empresas, Estado, a imprensa, entre outras apoiadas no/pelo discurso jornalístico” (NASCIMENTO; ZOLIN-VESZ, 2021, p. 85).

Como parte dessa estratégia está a criação de jornais pelas empresas colonizadoras, estando a gênese de *O Sinopeano* filiada a tal característica. Nascimento (2018, p. 102), ao discutir a dinâmica realizada pela publicação jornalística, lembra que ela “visava noticiar a recém-criada Sinop com vistas a novos investimentos, pois o que prevalecia era a divulgação comercial da cidade e a constante busca por migrantes”. Nessa perspectiva, expõe Pitombo-Oliveira (2013, p. 1), *O Sinopeano* portava-se como “o principal/único instrumento tecnológico de produção e circulação de notícias locais” produzido exclusivamente para falar sobre a Gleba Celeste. A publicação de natureza impressa era editada em Curitiba (PR), pelo jornalista paranaense Nacim Bacilla Neto, contratado pela Colonizadora Sinop para registrar os diferentes contextos e fases do projeto de colonização.

Ao observarem o conjunto de textos e materiais veiculados no informativo empresarial, Nascimento e Tomé (2016, p. 28) explica que as páginas de *O Sinopeano* guiavam o leitor em uma caminhada histórica buscando retratar a procura por novas alternativas econômicas para fixar o colono na recém-criada cidade, a rápida “velocidade de crescimento do município; a abertura junto aos governos Federal e de outros países; conquistas da área de saúde; bem como retratar a visão local quanto ao passado, presente e futuro da nova cidade”.

Logo, considera-se *O Sinopeano* como um instrumento histórico que auxilia na compreensão de determinado acontecimento situado no tempo e espaço, uma fonte capaz de operar na construção e registro de diferentes aspectos do mundo social e que no plano do discurso mobiliza sentidos. A atividade jornalística exerce seu papel socialmente legitimado e no qual vão se produzir e configurar as construções da realidade publicamente relevantes (ALSINA, 2005). Assim, as práticas discursivas, por sua vez, vão escrever a história de um ou mais lugares, a exemplo da Gleba Celeste e suas cidades, portando-se como espaços de sentidos. Como uma pesquisa filiada à área do discurso, constrói-se a defesa de que a própria condição de existência da territorialidade é (re)afirmada no/pelo plano discursivo.

Há de se frisar que o discurso ao qual se alude é aquele inserido sob ótica de Michel Foucault, sendo compreendido como prática social, construindo sentidos que, em seus efeitos, parecem “reais” – e, dessa maneira, por parecerem “reais”, têm efeito de verdade (FOUCAULT, 2018). Noção que, na tessitura de Foucault (2018, p. 53), corresponde a

um “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder” que se configuram pelo jogo enunciativo. Para Foucault (2018, p. 52), determinadas sociedades possuem dados regimes de verdade e “os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros” são aqueles constituídos historicamente e em condições determinadas. O discurso constrói “efeitos de poder”.

O discurso presente em *O Sinopeano* busca legitimar conhecimentos e justificar ações, a começar pela criação da Gleba Celeste, com especial destaque à cidade de Sinop e sua referência enquanto peça central aos planos da Colonizadora SINOP. Dessa maneira, atua sobre a edificação de uma imagem que corresponde não a uma realidade física, mas ao plano discursivo que produz sentidos.

Por fim, em se tratando de *O Sinopeano*, frise-se que poucas são as edições existentes, impressas e preservadas ainda disponíveis no próprio acervo histórico da empresa Colonizadora SINOP, característica essa que impossibilita a construção de uma linha temporal entre a edição número um até a última veiculada pelo jornal empresarial. De acordo com Nascimento e Zolin-Vesz (2021), atualmente, as únicas edições disponíveis desta publicação totalizam nove, sendo elas: número 15, de 1980; números 22, 24, 25, 26 e 27 de 1981; números 47, 49 e 52 de 1983 que se encontram fisicamente junto aos arquivos históricos da empresa de colonização com sede no município de Sinop, em Mato Grosso. A geração de dados e a seleção de *corpus* para a presente pesquisa recorreu às edições dos anos de 1980 e 1981.

2. Uma questão chamada discurso e territorialidade

O conceito de territorialidade possui relação com múltiplas dimensões. Além de incorporar a estritamente política, considera Haesbaert (2004a, p. 3) que tal noção ainda “diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está ‘intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar’”. Outra perspectiva sobre qual é possível observar a territorialidade encontra-se em Sack (1986, p. 219), que afirma ser possível classificar a territorialidade como um “componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto

geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado”. Nesse sentido, seria a territorialidade, portanto, uma expressão do comportamento vivido, englobando a relação do território e o espaço.

No entender de Bonnemaison (2002, p. 111), a territorialidade é compreendida como um espaço geossimbólico, ou seja, “carregado de afetividade e significações: em sua expressão mais forte, torna-se território-santuário, isto é, um espaço de comunhão com um conjunto de signos e valores. A ideia de território fica associada à ideia de conservação cultural”. Corroborando para a discussão acerca dessa noção teórica, Haesbaert (2004b, p. 74) faz alusão à territorialidade que se molda por meio das relações construídas em dado território. Ou seja,

Territorialidade, além da acepção genérica ou sentido lato, onde é vista como a simples “qualidade de ser território”, é muitas vezes concebida em um sentido estrito como a dimensão simbólica do território. Ao falar-se em territorialidade estar-se-ia dando ênfase ao caráter simbólico, ainda que ele não seja o elemento dominante e muito menos esgote as características do território (HAESBAERT, 2004b, p. 74).

Como se observa, o debate sobre territorialidade traz à cena outra importante noção, a de território, também fundamental a ser tratada, face às suas relações e intersecções. Desde o princípio, explicita Haesbaert (2004a, p. 1), “o território nasce com uma dupla conotação material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar)”, ou seja, “tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “*territorium*” são impedidos de entrar”. Entretanto, segundo o autor, “por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva ‘apropriação’” (HAESBAERT, 2004a, p. 1). Segundo Haesbaert (2004a, p. 4),

[...] todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (como é o caso do petróleo no atual modelo energético capitalista).

Já na visão de Deleuze e Guattari (2010) sobre território, tudo está envolvido no movimento de territorialização e desterritorialização. Os agenciamentos são, assim, moldados nesse movimento concomitante, extrapolando o espaço geográfico. O conceito de território se torna abrangente: como tudo pode ser agenciado, ao mesmo tempo, tudo pode ser desterritorializado e reterritorializado. Território, por isso, refere-se ao movimento que governa os agenciamentos – por exemplo, o garfo cria um território ao levar a comida do prato até a boca. Como bem observa Haesbaert (2014, p. 127), “muito mais do que uma coisa ou objeto, o território é um ato, uma ação, uma *relação*, um movimento (de territorialização e desterritorialização), um ritmo, um movimento que se repete e sobre o qual se exerce um controle”.

Perseguindo essa perspectiva deleuze-guattariana, Haesbaert (2013) assevera que o termo territorialidade é um conceito mais amplo do que território, uma vez que, para ele, pode existir territorialidade sem território, ou seja, um campo de significações territoriais, que os atores sociais portam consigo, sem existir necessariamente um território (concreto, físico) correspondente a esse campo. Essa acepção, como bem observa Haesbaert (2007), destrona a supremacia da concepção de território vinculada à ideia de Estado-Nação, ou seja, moldada pela continuidade e pela fixidez, em que diferentes grupos sociais são homogeneizados em um determinado território nacional, reforçando assim os critérios de inclusão/exclusão, dentro e fora. Ao contrário, formam uma amálgama complexa com as novas modalidades de organização territorial.

Por isso, Haesbaert (2007; 2013; 2014) propõe o termo multiterritorialidade como a possibilidade de acessar e vivenciar, concomitante e/ou consecutivamente, diversos territórios, no sentido de acionar diferentes territorialidades mesmo sem deslocamento físico, assim como nas experiências espaço-temporais proporcionadas pela mídia e, em particular, nesta tese, pelas telenovelas.

Desenvolvido este retorno à territorialidade e ao território, importante situar a questão do discurso ao debate acerca da territorialidade, em especial aquela que emerge do discurso de uma publicação jornalística empresarial para se referir à frente de colonização do espaço amazônico brasileiro. A hipótese ora defendida é que a territorialidade se constrói a partir dos sentidos que emergem do discurso. Ao serem materializados em páginas escritas, tais discursos vão se transformar em arquivos de

consultas, memórias de identificação que permitirão significar o determinado momento histórico.

Na perspectiva de Foucault (2008, p. 130), o discurso corresponde a um “o conjunto de enunciados que se apoia em uma mesma formação discursiva”, estando constituído por “um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência”. Isto é, na tessitura do filósofo, o enunciado se porta como uma função que atravessa estruturas e unidades possíveis linguisticamente – uma frase ou uma proposição, por exemplo – e faz com que lhes atribuamos (ou não) um sentido e/ou um valor de verdade. O discurso então é apresentado como prática. No que se refere à noção de formação discursiva citada pelo filósofo, essa é a condição de existência dos enunciados e que carregam não apenas sentidos, mas história. Formação discursiva “esconde o plano geral das coisas ditas no nível específico dos enunciados” (AZEVEDO, 2013, p. 155). Para Michel Foucault (2008, p. 43), as formações discursivas são responsáveis pelas “condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva”.

Segundo Foucault (2018, p. 52), é comum a cada sociedade possuir o seu próprio regime de verdade, sua “‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros” e, nesse interim, é possível então considerar que os discursos vão produzir efeitos de verdade que não são nem verdadeiros nem falsos, pois, de acordo com o filósofo, não se quer a verdade escondida, mas como historicamente são produzidos os efeitos de verdade que fazem com que o discurso seja tomado como verdade. Na cena ora discutida, o discurso opera então na construção de um “efeito do real” e “efeitos de poder” que se configuram sócio-historicamente.

Estabelecendo-se um paralelo entre o dizer de Michel Foucault e o contexto desta pesquisa, será no plano do discurso que se buscará justificar ações e legitimar conhecimentos, a exemplo da fundação da Gleba Celeste na região norte de Mato Grosso e a própria existência do discurso e os sentidos que dele emanam constituem territorialidade para significar esta área.

3. A pesquisa de base interpretativa: composição

Sinop, a principal dentre as cidades criadas em âmbito do projeto de colonização Gleba Celeste, situa-se à 503 quilômetros da capital Cuiabá, inserida sob a área de influência da rodovia federal BR-163. Atualmente, é considerada importante centro comercial para toda a região médio norte de Mato Grosso. É nessa cidade onde fica a sede da empresa Colonizadora SINOP, responsável pela fundação do empreendimento imobiliário Gleba Celeste e a partir do qual criaram-se quatro cidades. A empresa detém sob sua tutela um vasto acervo histórico que alude ao episódio da fundação da Gleba Celeste, entre documentos impressos como fotos, materiais de divulgação e arquivos audiovisuais. E dentre o grupo de peças encontram-se algumas unidades do folhetim *O Sinopeano*, a partir do qual os dados para a pesquisa foram gerados. Alguns desses materiais, especialmente os impressos (fotografias), foram digitalizados e disponibilizados ao acervo público de Sinop, também chamado de Museu Histórico de Sinop, contudo, com a desativação desse espaço pelo poder público municipal, deixando de ter uma instalação física própria, bem como um site onde estavam os itens para consulta, muitos materiais anteriormente disponíveis à sociedade não mais estão disponíveis para consulta.

Mesmo à época em que o Museu Histórico existia nem todos os arquivos de propriedade da Colonizadora SINOP encontravam-se disponíveis ou mesmo digitalizados, como, por exemplo, *O Sinopeano*, visto que as poucas unidades então ainda conservadas estavam disponíveis de forma pulverizada, isto é, não concentradas em um único espaço público, mas de posse de diferentes agentes que obtiveram, em algum momento, contato com a publicação jornalística e a guardaram em seus arquivos pessoais. Por essa razão, ao se falar em *O Sinopeano* está-se diante de um importante documento sobre a própria história da colonização, mas cuja totalidade de edições produzida entre os anos de sua existência não se encontram disponíveis. Em virtude disso, o próprio acervo da Colonizadora SINOP representa a única fonte de acesso aos poucos exemplares impressos e conservados, sendo as nove edições compreendidas entre os anos de 1980 (edição número 15), 1981 (números 22, 24, 25, 26 e 27) e 1983 (números 47, 49 e 52). Todos esses exemplares foram acessados durante a fase de levantamento de dados e geração de dados, com visita à empresa e acesso aos materiais. A geração de dados e a seleção de *corpus* utiliza como fonte as edições dos anos de 1980 e 1981 pelo fato de atenderem aos objetivos da pesquisa.

Para serem possíveis de se observar, realizou-se a digitalização, por meio de equipamento celular, dos exemplares de *O Sinopeano*, construindo-se assim um arquivo que contém todas as edições do jornal empresarial e que se tornaram fonte permanente para consulta durante as pesquisas realizadas. Na presente cena, a observação sobre as edições do jornal elegidas como corpo de trabalho permitiu a geração de seis enunciados que serão trazidos para a fase de interpretação de dados.

Decorrida a abordagem acerca de *O Sinopeano* e a montagem do corpo de trabalho, faz-se importante salientar que a geração de dados aqui citada se baseia nos preceitos da pesquisa de base interpretativa orientada por Moita Lopes (1994), autor segundo o qual as pesquisas em Linguística Aplicada devem estudar um determinado fato através da interpretação dos vários significados que o constitui, isto é, da própria interpretação do mundo social, tomando-se como ponto de partida os métodos de geração. Segundo o autor, a geração de dados é oriunda da pesquisa qualitativa e que situa a própria atividade de pesquisa como subjetiva “já que é entendida como um modo particular de organizar experiência humana por meio do discurso, sendo, portanto, uma construção social” (MOITA LOPES, 1994, p. 333).

Tal perspectiva pressupõe os dados [de uma pesquisa] não são retirados ou prontos, já que considera esta metodologia considera a atividade do próprio pesquisador para gerar e interpretar os dados. Mason (1998), ao contribuir com o debate, lembra-nos que o percurso de geração de dados não implica na adoção de um pensamento simplificado, mas reflexivo e estratégico que articula preocupações filosóficas, técnicas, práticas e éticas. Como indica ainda Moita Lopes (1994), a questão interpretativa em relação à pesquisa não vê de forma separada o homem e o mundo social que o constitui, mas uma visão integrada. Conforme elenca Moita Lopes (1994, p. 331), “o que é específico, no mundo social, é o fato de os significados que o caracterizam serem construídos pelo homem, que interpreta e re-interpreta o mundo a sua volta, fazendo, assim, com que não haja uma realidade única, mas várias realidades.” Conforme o autor, “a linguagem possibilita a construção do mundo social e é a condição para que ele exista” (MOITA LOPES, 1994, p. 331).

Se, conforme salienta Moita Lopes (1994), a linguagem é peça central a ser considerada, de igual maneira ela possui um papel central sobre os problemas sociais e, como reafirma Moita Lopes (2006), deve-se criar inteligibilidade sobre tais questões,

partindo-se da compreensão que os significados são construídos socialmente em relações de questões de poder, ideologia, subjetividade e história. Logo, para Moita Lopes (1994, p. 331), “na visão interpretativista, não é possível ignorar a visão dos participantes do mundo social caso se pretenda investigá-lo, já que é esta que o determina: o mundo social é tomado como existindo na dependência do homem”.

Nessa lógica, entrelaça-se na pesquisa a história social do pesquisador, bem como o meio ao qual se insere e do objeto sobre o qual recai o interesse: a colonização da Amazônia brasileira e a criação de territorialidade de forma que o alcance ao fato seja feito pela interpretação de dados e de seus significados. O foco é, como considera Moita Lopes (1994), colocado em aspectos processuais do mundo social em vez do foco em um mundo padronizado. Logo,

Representa-se, portanto, a operação científica como sendo intrinsecamente subjetiva, já que é entendida como um modo particular de organizar a experiência humana por meio do discurso, sendo, portanto, uma construção social. [...] a linguagem é, novamente, o caminho para solucionar o impasse (MOITA LOPES, 1994, p. 333).

Há na discussão realizada por Moita Lopes (1994, 2006) uma conexão com o pensamento de Michel Foucault quanto à percepção sobre os objetos constituídos por meio das práticas discursivas, levando-se em conta premissas como as relações históricas, práticas essas consideradas concretas e que se encontram nos discursos, bem como na própria forma de se entender a Ciência e o não primado de uma verdade única. Tal qual escreve Michel Foucault, é próprio do discurso não apresentar um sentido ou mesmo uma verdade, mas sim uma história, o que leva a outra vertente do pensamento do filósofo: perceber e inverter questões de interesse, deixando-se de ater central atenção sobre “o que se há por trás” de dado documento, texto, por exemplo, para se refletir sobre as condições de existência de determinado discurso, do enunciado ou mesmo do conjunto de enunciados, de maneira que se possam compreender as relações de poder e de saber que fazem aparecer um objeto e não outro em seu lugar. Isto é, um enunciado, exatamente ele e não outro em seu lugar em um dado momento histórico e uma determinada condição histórica. A citar, nessa investigação, a construção da territorialidade no discurso da colonização da Amazônia, a partir do folhetim *O Sinopeano*.

4. A Gleba Celeste em *O Sinopeano*

As representações construídas pelo jornal *O Sinopeano* e apreendidas em seu discurso evidenciam a construção de um terreno de significações que contempla a territorialidade. Em tal terreno estão manifestadas as diferentes formas de a publicação jornalística empresarial se relacionar com o lugar, com sua gente, bem como com os fenômenos social, econômico e político inerentes à área. Neste processo, os sentidos construídos, além de compartilhados, são também (re)interpretados em um processo contínuo por meio do qual a territorialidade vai-se moldando.

Nessa perspectiva, ao selecionar os acontecimentos que deverão ser reproduzidos, a atividade jornalística exerce seu papel socialmente legitimado e no qual irão ser produzidas e configuradas realidades publicamente relevantes. As práticas discursivas, por sua vez, vão escrever a história de um ou mais lugares, a exemplo da cidade de Sinop, em meio à Gleba Celeste, portando-se como espaços de sentidos. Como pontua Thompson (2011, p. 61), “nossa compreensão do mundo fora do alcance de nossa experiência pessoal, e de nosso lugar dentro dele, está sendo modelada cada vez mais pela mediação de formas simbólicas” e são estas últimas que dilatam os horizontes espaço-temporais de nosso conhecimento de mundo e a percepção acerca dele.

Em *O Sinopeano*, a partir dos sentidos que do discurso emanam, a territorialidade caracteriza-se pelo sentimento de pertença, de realização, de significar aquele espaço como uma conquista coletiva instituída por uma empresa para o seu povo, pela cooperação existente na área. Logo, além do caráter funcional atribuído sobre a Gleba Celeste, o espaço geográfico adquire um importante caráter simbólico e afetivo que transcende seus limites físicos representados pela extensão territorial. O exercício de se observar tais aspectos relacionados à territorialidade é realizado a partir de cinco edições de *O Sinopeano* e veiculadas entre 1980 e 1981.

Em sua edição de número 15, de 1980, a territorialidade constituída em *O Sinopeano* associa-se à representação de ser a Gleba Celeste, com especial destaque para a cidade de Sinop, um empreendimento particular criado de uma empresa para um povo em específico, representado pelo migrante que trocou seu local de origem (muitas vezes, os Estados do Sul brasileiro, com ênfase no Paraná) pela Amazônia Norte-mato-grossense. Ao significar a localidade enquanto um espaço de rápido crescimento e desenvolvimento, o jornal faz Sinop ultrapassar o caráter físico para alcançar o simbólico.

A expressão “A Rapidez do Crescimento da Sinop”, que anunciava a reportagem sobre o município, apresentava uma conquista coletiva, da terra e do trabalho.

Enunciado 01: A velocidade dos acontecimentos na SINOP é surpreendente. Conta, portanto, com 6 anos de idade e uma população citadina que vem crescendo para atingir, em breve, o número de 15 mil pessoas. No dia 17 de Dezembro do ano passado, passou a ser “cabeça” do Município SINOP, marchando, rapidamente, para constituir-se na mais importante do Norte do Mato Grosso, graças ao seu impressionante desenvolvimento (*O Sinopeano*, n. 15, out. 1980, p. 1).

Conforme Nascimento e Zolin-Vesz (2021), o modelo de colonização destacado nas páginas do jornal convergia em torno de quatro elementos básicos considerados objetivos àquele empreendimento: a produção de alimentos (1º), a produção de energia carburante (2º) representada pela instalação de uma indústria de produção de etanol pela própria empresa de colonização na área, a fixação do homem na região (3º) e a distribuição da riqueza (4º). Juntos, os quatro eixos operavam como uma alavanca ao desenvolvimento econômico. Deste modo, a rapidez do crescimento que se colocava em destaque marca a territorialidade no jornal da empresa, fazendo referência às mudanças na cidade, às consequentes transformações que resultariam na oferta de melhores condições de vida para a população local. Isto porque, com apenas seis anos de existência, Sinop vivenciava um arrojado ritmo de crescimento, assumindo a posição de destaque em relação aos municípios da região, de acordo com o sentido que emana do discurso jornalístico. O jornal denota uma dimensão sobre a Gleba Celeste (projeto de colonização) e Sinop (um dos núcleos urbanos criados na área) não material-concreta, mas sim simbólica, indo ao encontro do pressuposto de Haesbaert (2007) de que, apesar da dimensão simbólica ser característica da territorialidade, essa não está condicionada à existência de uma dimensão material-concreta para existir. Na publicação jornalística não é o núcleo urbano de Sinop concreto sendo retratado (suas ruas, suas casas, avenidas ou mesmo estabelecimentos comerciais), mas aquele espaço onde fruem as relações humanas e que pelo próprio discurso jornalístico constrói um simbólico para ser incorporado por seus habitantes, configurando-se como um próprio espaço de existência para os moradores.

Em sua edição número 22, datada de 1981, *O Sinopeano* reproduz em todas as suas páginas o conteúdo jornalístico do Jornal da Tarde, com título “A Fronteira onde o tempo

não conta” e que trazia relatos e impressões de um repórter daquela empresa acerca do projeto de Sinop e suas nuances, bem como histórias e experiências vividas pelos primeiros moradores que à localidade chegaram. O sentimento de realização, de um espaço que privilegia os moradores moldam a territorialidade edificada pelo jornal da empresa particular.

Enunciado 2: Sinop é também a terra do brasileiríssimo Brasileiro, e de suas mitológicas proezas por este Brasil. Brasileiro do Carmo de Jesus é um sergipano risonho e esperto, gordinho que baixou para o Paraná e subiu para o Mato Grosso, em busca do dinheiro. Anos atrás, no Paraná, foi fazer a sua contabilidade, e viu que a fortuna ainda estava longe. Olhou o caderno e descobriu que tinha 25 contos no vermelho — isto é vida? Em 72, ele estava com este passivo, e mais oito bocas para manter — ele, a mulher e seis filhos. Em 75, ouviu falar de Sinop e achou que nada tinha a perder. As filhas é que não queriam seguir para lá, quando voltou dizendo que estava disposto a mudar de vida. O mínimo que elas falavam é que todos iam morrer de maleita. Ou que a onça não ia deixar um Carmo de Jesus para contar a história. Bem dizer, não tinha nem dinheiro para a gasolina. Não fosse seu bondoso amigo Chico Tiroteio, não teria chegado a Sinop (*O Sinopeano*, n. 22, jun. 1981, p. 2).

Enunciado 3: Antes, muito antes o sr. Ritzmann passou a pensar no que fazer. Não, o negócio em que entrara não ia nada bem. Foi então que as serrarias locais queimavam sumariamente uma madeira chamada mescla. Ele pegou uma carga desta madeira e levou a Santa Catarina, para fazer um teste na indústria de um amigo. Podia ser melhor? A mescla foi comparada ao pinho brasileiro e ao cedro, na confecção de laminados. Em 79, o sr. Ritzmann iniciava a primeira indústria de laminados da região. Firms que compram as lâminas de sua fábrica já estão exportando o compensado produzido com a mescla. E as serrarias de Sinop crescem. Muitas delas — explica — estão montadas em instalações precárias, provisórias, montadas rapidamente. Mas já há projetos de empresas de Curitiba, Ponta Grossa, de montar em Sinop serrarias totalmente automatizadas (*O Sinopeano*, n. 22, jun. 1980, p. 2).

Ao citar as primeiras histórias de moradores que para a Sinop, na Gleba Celeste, mudaram-se ainda nos idos do final da década de 1970, e naquela terra encontraram condições para empreender, manifesta-se no jornal o sentido coletivo em relação ao lugar. Conforme o dizer de *O Sinopeano*, afinal, o novo morador que para a cidade recém-fundada se deslocava “estava disposto a mudar de vida”, um espaço que privilegia o migrante dispondo-lhe condições para a atividade empresarial (“a mescla foi comparada ao pinho brasileiro e ao cedro, “o sr. Ritzmann iniciava a primeira indústria de laminados da região”). Nessa direção, a territorialidade opera na criação de uma identidade entre o morador para com o espaço, ao mesmo tempo que denota também a funcionalidade: servir para empreender.

Acerca da identidade, Chelloti (2010) argumenta que a noção pode ser representada como uma construção social e à medida que o tempo passa, os diferentes grupos sociais

vão criando significados, novas identidades são definidas, estando elas ligadas a diferentes culturas, ideologias, entre outras. Igualmente, a subjetividade individual ou coletiva também constrói identidades, podendo estarem relacionadas tanto aos próprios grupos sociais bem como ao pertencimento territorial, o que culmina na construção de uma territorialidade. Ao discorrer sobre territorialidade, Fuini (2014, p. 233) expõe que ela:

[...] remete à ação de poder e de sentimento de pertencimento alimentado por um indivíduo, grupo ou instituição em dado espaço; deslocamentos e itinerários de grupos e indivíduos que remetem a vínculos de identidade, podendo variar em dias da semana, horários de um mesmo dia (territorialidade cíclicas ou transitórias). Grupos diferentes podem conceber territorialidades a partir de um mesmo local.

O Sinopeano apresenta histórias de migrantes que, em sua maioria, eram oriundos de outros Estados brasileiros como Paraná, Rio Grande do Sul ou Santa Catarina, mas que para a Amazônia decidiram se mudar atraídos por campanhas publicitárias da empresa de colonização, objetivando fixar raízes, tanto fisicamente quanto emocionalmente, melhorar de vida, prosperar em uma nova cidade. Como referido por Nascimento e Tomé (2016, p. 30), a história deste “sujeito se confunde com a história do local, a história de ‘um’ se identifica com a de ‘outro’, e as suas memórias coincidem com as memórias de todos, porque ‘todos’ e ‘local’ são mais do que simples léxicos, são discursos”. Ao se observar a localidade geográfica Gleba Celeste vislumbra-se a história das famílias migrantes, isto é, “migrantes que dizem: Como é bom ver você crescer, envolvida no abraço carinhoso que só o progresso sabe ter” (NASCIMENTO; TOMÉ, 2016, p. 30). E, à medida que a cidade crescia, o morador que ali chegava via-se como parte integrante de um projeto pioneiro de colonização que desbravou uma região até então pouco conhecida. Não apenas estar ali, “mas participar do progresso e desenvolvimento gerados em meio aos rasgos na floresta Amazônica, enxergar-se como sujeitos ativos da construção de uma nova realidade social” (NASCIMENTO; TOMÉ, 2016, p. 31-32). Sentimento quase que sempre presente nas páginas de *O Sinopeano*.

A identificação do morador com o espaço e com as atividades nele possíveis de se realizar configura uma territorialidade que representa a terra como uma conquista, o trabalho como elemento chave para o atingimento do progresso. Em *O Sinopeano*, esse sentimento também é expresso quando das referências às transformações ocorridas na

área, a exemplo da indústria implantada pela empresa que criou a Gleba Celeste, com o objetivo de reforçar o sentimento de pertença e de terra empreendedora, industrial, dotada de mecanismos que possibilitassem o desenvolvimento da área e a consequente fixação do migrante a partir da correta exploração da terra naquela zona rural.

A Sinop Agroquímica foi um complexo industrial inaugurado em 1981 para produzir etanol a partir de mandioca e sediado em Sinop. Sua criação retornava aos objetivos daquele projeto de colonização, isto é, 1) abrir possibilidades para que brasileiros se fixassem na região; 2) produção de alimentos; 3) geração de energia carburante; e, 4) fazer com que os benefícios desse desenvolvimento econômico e social, na “fronteira nova”, fossem direcionados para esses pioneiros. Pilares que motivaram o deslocamento para a região Amazônia e apresentados nas edições de número 24, 25, 26 e 27 do ano de 1981,1 cujas manchetes são reproduzidas a seguir.

A USINA ESTÁ EM FASE FINAL DE IMPLANTAÇÃO. PROSEGUEM OS VÁRIOS TESTES NA DESTILARIA

Testes de produção, além dos que são feitos na área de estocagem de amido – Tancagem em ritmo final de montagem – A questão da segurança contra incêndio – Novo comando no “canteiro de obras”, agora, com o engenheiro Alberto Gontarski, diretor industrial da SAQ (*O Sinopeano*, n. 24, ago. 1981: 01).

ALIMENTOS, ENERGIA CARBURANTE E BRASILEIROS MARCAM PRESENÇA NACIONAL NO CONTINENTE AMAZÔNICO.

Enio Pipino, presidente do Grupo SINOP, fala aos Estagiários da Escola Superior de Guerra, em Cuiabá - A visita feita aos empreendimentos sinopeanos na Amazônia – A usina dará apoio estratégico nacional, em energia carburante, à presença crescente dos fluxos migratórios vindos do Sul – Intensa fase de perguntas e debates (*O Sinopeano*, n. 25, set. 1981: 01).

SERÃO NECESSÁRIAS 250 MIL TONELADAS DE MANDIOCA PARA A PLENA CARGA DO FUNCIONAMENTO DA DESTILARIA

Isto representará nada menos do que 950 milhões de cruzeiros em circulação financeira no Município, somente com a mandiocultura – Os empregos na área agrícola envolverão perto de 3 mil pessoas – Uma frota de cerca de 50 caminhões para o transporte de raiz e lenha – As 60 toneladas de componentes orgânicos para os lavradores usarem nas suas culturas – Os 200 empregos na destilaria – Os benefícios decorrentes para o Município – A necessidade de aumentar-se o plantio de mandiocaís (*O Sinopeano*, n. 26, out. 1981: 01.).

A MONTAGEM DA SAQ ESTÁ TERMINADA, VIRTUALMENTE, COM A PREVISÃO DE QUE TEREMOS ÁLCOOL EM NOVEMBRO

Os testes das linhas de vapor, linhas elétricas e de instrumentação foram bastante satisfatórios – Na área de preparação de amido, que já recebeu o “OK” da parte técnica, é possível processar de 200 a 300 toneladas de raízes diariamente – Enzimas armazenadas no “canteiro de obras” – A fase de treinamento do pessoal está em rotina normal – Muito possível a produção de álcool em Novembro (*O Sinopeano*, n. 27, nov. 1981: 01).

A territorialidade construída pelo jornal *O Sinopeano* acerca do projeto de colonização Gleba Celeste se manifesta também no/pelo sentimento de cooperação empresa-morador, para que a área fosse não somente um espaço de vivência, mas de desenvolvimento econômico. Sentidos que são retomados quando da intenção de relacionar a empresa à necessidade de estabelecer uma organização comercial para Sinop. Em *O Sinopeano*, as referências à indústria colocam-na como a maior do segmento em todo o país, constituindo-se “num módulo estrategicamente bem situado de geração de álcool carburante e podendo ser um positivo e eficaz ponto de sustentação” (*O Sinopeano*, n. 24, ago. 1981, p. 04).

Enunciado 4: O Projeto de Colonização da SINOP que conta, agora, com a maior indústria de processamento de mandioca, no Brasil, para gerar álcool, passa a ter, também e grandemente, com o concurso da SUDAM, novas razões de fortalecimento advindo de técnicas próprias para a Amazônia, no que se refere não só à ocupação territorial, mas, também, determinando adequado uso da terra, das relações sócioeconômicas da zona rural, da natureza do homem que já participa deste trabalho e da adequada utilização da agroindústria. A SINOP sempre entendeu que, na Amazônia, a agroindústria teria papel preponderante ao abrir um rol de oportunidades com a redução do desperdício da absorção de mão de obra local; da organização da comercialização pelo fluxo, em volumes constantes, de produção e conseqüente regularização do transporte (*O Sinopeano*, n. 24, ago. 1981, p. 4).

Enunciado 5: Os adjetivos estão multiplicando-se. “A Usina está um assombro”. Uma “verdadeira beleza”. “É impressionante a obra”. Uma luta de tantos anos é realidade, agora”. “O fantasma das distâncias, na Amazônia, que poderia inviabilizar sua ocupação pelos brasileiros diante do preço do petróleo, não mete medo em ninguém, depois da usina da SINOP” (*O Sinopeano*, n. 25, set. 1981, p. 3).

Enunciado 6: Nenhum Projeto de Colonização, no Brasil, tem um empreendimento industrial dessa envergadura. Ele visa a tornar possível a que fluxos migratórios brasileiros se fixem nessas extensões continentais que têm, diante da ascensão contínua dos preços do petróleo, uma terrível agravante sócio-econômica a dificultar, enormemente, o próprio fenômeno da ocupação da Amazônia. [...] Este é um dos grandes trunfos que a SINOP tem no quadro de suas melhores possibilidades colonizatórias no norte mato-grossense (*O Sinopeano*, n. 26, out. 1981, p. 1).

A própria condição de existência da Sinop Agroquímica liga-se à necessidade de estabelecer o uso correto daquela terra e sua exploração comercial de modo que fossem proporcionadas fontes alternativas para agricultores naquela zona rural. Ou seja, tratou-se de uma transição em termos agrícolas, abrindo oportunidades àqueles agricultores que apostaram no cultivo da mandioca para alimentar a indústria local de etanol. Novamente, o espaço físico de Sinop transcende para um espaço simbólico enquanto uma “metrópole econômica” (*O Sinopeano*, 1981, p. 3.), no qual a territorialidade construída alude ao desenvolvimento dentro da área colonizada. Para que Sinop seja representada como polo

é preciso recorrer à necessidade de se criar uma indústria capaz, entre outras coisas, de servir como um instrumento de atração de novos migrantes.

Considerações Finais

Nessa pesquisa se observou a territorialidade no discurso de colonização da Amazônia brasileira, a partir do jornal empresarial *O Sinopeano* e o exemplo do projeto Gleba Celeste, instituído nos anos de 1970 na região Norte do Estado de Mato Grosso. Para as análises, recorreu-se à observação de cinco reportagens veiculadas entre os anos de 1980 (edição 15) e 1981 (edições 24, 25, 26 e 27) por meio das quais a perspectiva histórico-discursiva da fundação Gleba Celeste, em especial Sinop, foi apresentada. A partir das discussões estabelecidas, o discurso de *O Sinopeano* apresenta ao público territorialidades - simultâneas e/ou sucessivas - de diferentes territórios, sem que para isso tenha-se a necessidade de deslocamento físico até estes, pois as experiências são espaço-temporais. As representações apreendidas a partir do discurso dessa publicação empresarial constroem uma rede de significações que contempla tanto o território quanto a territorialidade e nessa rede em questão é próprio do dizer jornalístico relacionar o lugar (Gleba Celeste, em especial a cidade de Sinop), as pessoas que compartilham desse local, as interações, bem como as transformações ocorridas no ambiente. Nesta temática, destacam-se o sentimento de progresso, de pertencer ao movimento colonizatório.

Isso pressupõe observar a territorialidade em *O Sinopeano* como um espaço vivido e com o qual se possa identificar, territorialidade que é afirmada, reafirmada na tessitura de sentidos produzida no/pelo discurso jornalístico. Outrossim, há de se registrar que no processo de territorialização *O Sinopeano* passa a ressignificar o espaço urbano da Gleba Celeste, que, além de ser considerado um empreendimento particular coletivo, isto é, feito por uma empresa para um povo migrante, foi incorporado como uma identidade pelo sujeito migrante, compondo-se à identidade dos moradores e assim sendo conservada por esse grupo de morador após anos.

Não são os aspectos materiais e concretos que predominam, mas uma territorialidade que privilegia aspectos subjetivos e simbólicos. A cooperação entre empresa e povo que naquele espaço de vivência representava uma dimensão fundamental que se estabeleceu como uma força motora. Destaca-se ainda um sentimento de realização

expresso no discurso de *O Sinopeano* quando se alude ao trabalho desenvolvido naquela frente colonizatória brasileira. Por meio da estratégia da empresa particular Colonizadora SINOP, a visão acerca daquela faixa de mata em meio à região amazônica brasileira foi-se transformando, a partir da apresentação, abertura da terra aos migrantes, instituição de frentes alternativas para sobrevivência do morador e a própria fixação até evoluir no sentido de um espaço que privilegia o morador, a sustentabilidade, o ambiente e para as pessoas.

No escopo da pesquisa ora tratada, a própria condição de existência da Gleba Celeste, de Sinop, reafirma-se no plano discursivo, nas (re)atualizações de memórias que se dão no jogo entre o silenciamento e o jornalismo como arquivo (memória institucionalizada) que remete ao que deve ser dito, circulado, lembrado em relação àquele empreendimento. Assim, o espaço físico transcende a um outro espaço, o de sentidos, de significados, e no qual os sujeitos vão se relacionar, incorporar, identificarem-se a esses sentidos de acordo com os contextos e circunstâncias que vivem.

No curso dessas teias de significação, de uma territorialidade para outra, vão sendo construídas novas Glebas Celestes, sendo que a construção dos sentidos se vincula à interpretação que as pessoas têm de si e dos outros, de modo a adaptar esses sentidos conforme os contextos e circunstâncias em que vivem. Além disso, os sentidos construídos podem ser compartilhados, retransmitidos para outros contextos e transformados em um processo permanente de (re)atualizações, edificando novas territorialidades acerca daquele local.

A territorialidade em *O Sinopeano* construiu, por meio do discurso empresarial jornalístico, a representação de uma Gleba Celeste/Sinop ligada à conquista da Amazônia brasileira, produzindo sentidos em relação à cidade como um espaço para o trabalho e é essa territorialidade que se faz entender como a cidade é constituída e como infere sentido ao lugar. O discurso do jornal cria consciência sobre a sociedade local, o espaço e o tempo, de se sentir parte, de se integrar a ele. Observar tal perspectiva contribui se repensar a própria dinâmica de consolidação desse espaço tanto físico, enquanto um projeto de colonização instalado no Norte de Mato Grosso, quanto discursivo, visto que os sentidos são construídos e, a partir de sua difusão, produz sentidos que atualizam à medida que o sujeito local é levado a interpretar.

A pesquisa aqui apresentada não representa um ponto final no percurso de se olhar a constituição da territorialidade e da produção de sentidos, pois equivale à, apenas, uma perspectiva de investigação, podendo haver muitas outras, à medida que novos sujeitos pesquisadores se lançam no mesmo desafio. E, à medida que novas incursões vão sendo realizadas em novos trabalhos, vai-se fortalecendo a construção de uma memória, de uma história representada a partir no/pelo discurso. De igual maneira, é possível observar também a possibilidade de se observar, sob cena contemporânea, e além do jornal *O Sinopeano*, a produção de sentidos sobre esse espaço da Gleba Celeste e as cidades que a partir dele se formaram, não esgotando as possibilidades de se trabalhar com o mesmo lócus de investigação, mas sob diferentes abordagens.

Referências

- ALSINA, M. R. *La construcción de la noticia*. Barcelona: Paidós, 2005.
- AZEVEDO, S. Formação discursiva e discurso em Michel Foucault. *Revista Eletrônica de Pesquisa na Graduação em Filosofia da UNESP – FILOGÊNESE*, Marília, v. 6, n. 2, p. 148-162, 2013.
- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Geografia cultural: um século*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.
- CARDOSO, F. H.; MÜLLER, G. *Amazônia: expansão do capitalismo*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.
- CHELOTTI, M. Reterritorialização e identidade territorial. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 22, n.1, p. 165-180, abr. 2010.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, M. Verdade e poder. In: FOUCAULT, M. (Org.). *Microfísica do Poder*. São Paulo: Edições Graal, 2018. p. 35-54.
- FUINI, L. L. Território, territorialização e territorialidade: o uso da música para a compreensão de conceitos geográficos. *Terr@Plural*, [S.l.], v.8, n.1, p. 225-249, 2014. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/6155>. Acesso em: 04 set. 2024.

HAESBAERT, R. Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade. Porto Alegre, 2004a. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pd>). Acesso em: 20 ago. 2024.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004b.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou Do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO, F.G. B.; HAESBAERT, R. (Org.). *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Access, 2007, p. 33-56.

HAESBAERT, R. Del mito de la desterritorialización a la multiterritorialidad. *Cultura y representaciones sociales*, Cidade do México, v. 8, n. 15, p. 9-42, 2013.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização – do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2014.

MOITA LOPES, L. P. Pesquisa Interpretativista em Linguística Aplicada: a Linguagem como condição e Solução. *D.E.L.T.A.*, [S.l.], v. 10, n. 2, p. 329-338, 1994. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/45412>. Acesso em: 10 abr. 2024.

MOITA LOPES, L. P. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como Linguista Aplicado. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 13-44.

NASCIMENTO, L.J; TOMÉ, C. L. A construção da imagem do sinopense como um sujeito de progresso nas páginas de “O Sinopeano” número 15, de 1980. In: XIV COLÓQUIO NACIONAL DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS, 2016. *Anais [...]*. Sinop: Unemat, 2016. Disponível em: http://www.conaell.com.br/fotos_downloads/39.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.

NASCIMENTO, L.J. *(Re)ler o impresso Jornal Hoje: o discurso da construção de uma terra de progresso e oportunidade em Sinop-Mato Grosso*. 2018. 254 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade do Estado de Mato Grosso, Sinop, 2018.

NASCIMENTO, L. J.; ZOLIN VESZ, Fernando. Marcha rumo à Amazônia: a relação criador/criatura no discurso de fundação da Gleba Celeste, em Mato Grosso. *Organon*, Porto Alegre, v. 35, n. 70, p. 1-17, jan./jul. 2021.

PITOMBO-OLIVEIRA, T. *et al.* Discurso e identidade: o papel do jornal O Sinopeano na construção de um imaginário do município de Sinop e da posição sujeito sinopense. In: V SEMINÁRIO DE INFORMÁTICA NA EDUC@ÇÃO, 2013, Sinop. *Anais [...]*. Sinop: Unemat, 2013. Disponível em: < <http://sinop.unemat.br/v-semi-info-edu/anais-do-evento/#comments>>. Acesso em: 19 abr. 2024.

SACK, R. *Human territoriality: Its theory and history*. New York: Cambridge; 1986.

TEIXEIRA, L. *A colonização no norte de Mato Grosso: o exemplo da Gleba Celeste*. 2006. 116 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

THOMPSON, J. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2011.